



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO –REGISTRO DE PREÇO PARA MATERIAIS DE LIMPEZA –REQUISITOS CUMPRIDOS – EDITAL CONFORME LEGISLAÇÃO.

I – DOS FATOS

Trata-se de suscitação de parecer jurídico da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPPE) no que se refere à instauração de processo sob o n.º 2500000025.000068/2022-37— de licitação modalidade pregão eletrônico —, visando à formação de registro de preço para eventual contratação de pessoa jurídica para aquisição de material de limpeza, atendendo as necessidades desta Defensoria Pública do Estado de Pernambuco - DPPE.

O pedido tem fundamento no parágrafo único do art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/1993, considerada a aplicação subsidiária do texto de norma da referida lei em atenção ao art. 9.º da Lei Federal 10.520/2002.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO CASO

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pelas Leis Federais de n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como pelo Decreto Estadual de n.º 32.539/2008.

Cingindo-se à análise do teor do procedimento eleito para a contratação pretendida, ela poderá ser levada a efeito pela modalidade de pregão eletrônico, menor preço por item, conforme preconizam o parágrafo único e *caput* do art. 1.º da Lei Federal n.º 10.520/2002, haja vista tratar-se de **aquisição de bens e serviços comuns**, como se vê *in verbis*:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Ademais, observam-se cumpridas as formalidades legais do documento editalício, com objeto especificado, termos da contratação e presença de anexos pertinentes à modalidade eleita. Além disso, também está o valor cotado dentro da conformidade, esperando-se sua redução na fase externa do pregão.

Por fim, entende-se que o procedimento guarda regularidade com o teor das Leis Federais de n.ºs 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como com o Decreto Estadual supracitado.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, de acordo com o parecer opina-se pelo andamento do pregão eletrônico, pois foram cumpridas as formalidades legais.

É o parecer, s. m. j.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Joao Duque Correia Lima Neto**, em 14/01/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20493745** e o código CRC **18D09B89**.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Av. Manoel Borba, 640, - Bairro Boa Vista, Recife/PE - CEP 50070-000, Telefone: